



A “Redemocratização” do Brasil: Convergências entre o projeto político da *Folha de S.Paulo* e de Golbery de Couto e Silva (1974-1981)

VALDEMAR GOMES DE SOUSA JUNIOR*

*Doutorando e bolsista do Programa de Ciência Humanas e Sociais da UFABC

INTRODUÇÃO

No dia em que completou 80 anos, 20 de fevereiro de 2001, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou um caderno comemorativo. Entre as matérias do caderno me chamou atenção aquela intitulada *Militares ameaçam suspender circulação* com os subtítulos *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* e *Folha apoiou a deposição de Goulart, mas não participou de nenhuma conspiração*. Pela primeira vez em sua história, a *Folha* assumia ter apoiado o golpe de 1964. Porém, atenuava sua posição com três artifícios: 1) justifica sua posição como reação a “esquerdização” do governo; 2) circunscreve seu apoio a apenas a esfera editorial e; 3) destaca seu engajamento no processo de redemocratização.

Como consequência destes três estratagema justificava: 1) que João Goulart era responsável por sua deposição, porque o “movimento militar” de 1964 foi uma medida preventiva que evitou a radicalização do governo, tomado por comunistas; 2) que a participação no golpe não transcendeu os muros da redação. Porque ficou restrita a posição da direção do jornal expressa nos editoriais. Portanto, continuava a publicar matérias com posicionamentos divergentes ao dos proprietários e permaneceu sem aderir aos movimentos políticos que conspiravam contra o governo; 3) por ser apartidário e imparcial, o periódico se manteve sem compromissos com grupos de interesses ou facções. Seu engajamento sempre foi com a democracia. Por isso, foi coerente ao apoiar a deposição do governo Goulart que ameaçava romper com a legalidade. Do mesmo modo, que se afastou do “Regime de 1964”, que ao trair a democracia, implantou a ditadura. Mesma coerência que a fez se engajar na campanha pela redemocratização.

Esta matéria me levou a elaborar o projeto de mestrado que resultou na dissertação “*Os editoriais da Folha – evidências de uma solução bonapartista para a crise (1963-1964)*”. Neste trabalho meu objetivo foi testar a validade das afirmações do jornal de que seu apoio ao golpe foi circunstancial e pontual. Para isso foi necessário estabelecer os nexos entre o jornal e as forças sociais que, sob a ponta da baioneta, acabaram com o governo Goulart e ainda elucidar a função histórica que o veículo de comunicação cumpriu no contexto em que se confrontavam diversas posições político-ideológica.

Ao fim da pesquisa conclui que as relações entre a *Folha de S. Paulo* e a ditadura foram mais fortes e profundas do que o jornal afirmava. Em primeiro lugar, porque a *Folha* era membro do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e, com outros jornais, participou de atividades de ação ideológica, forma de doutrinação social pela qual os golpistas expressavam seu projeto de modernização conservadora (DREIFUSS, 1981, p.232).

Em segundo lugar, porque, a partir de 1966, a *Folha*¹ aprofundou seu processo de modernização e aumentou seu patrimônio líquido com incentivos do governo militar para importação de papel, de equipamentos gráficos e através da captação de recursos externos. Além da venda de espaços publicitários para o governo. Nestas condições Boris Casoy, editor chefe do jornal em 1981, chegou a afirmar que a independência política do periódico ficou comprometida, já que o diário estava atrelado à ditadura por compromissos financeiros até 1975, quando finalmente conseguiu livrar-se das dívidas (CASOY apud TASCHEER, 1993, p.117).

Em terceiro lugar, como defensora do desenvolvimento do capitalismo dependente, clamou pelo golpe para frear a influência das classes populares nos centros de decisão política, isto é, defendeu o bonapartismo² (SOUSA JR, 2007).

Em resumo, contrariando as manchetes do caderno especial de 80 anos verifiquei por intermédio da pesquisa que a *Folha* participou do IPES³ e defendeu o golpe, procurando, juntamente com outros meios de comunicação, garantir legitimidade à ação conspiratória. Apesar de não negar seu apoio ao golpe⁴ procurou minimizá-lo, atribuindo-lhe um caráter circunstancial e fugaz, ao mesmo tempo, supervalorizou sua atuação nos anos de redemocratização. Afinal, “nos anos seguintes, o jornal se pautaria pela preocupação da retomada da agenda democrática” (FSP, 20/02/2001).

¹ Adquirido em agosto de 1962, por Carlos Caldeira Filho e Octávio Frias de Oliveira, o jornal somente saiu do vermelho em 1963 e multiplicou em cerca de vinte vezes seu patrimônio líquido, com a aquisição dos jornais Última Hora e Notícias Populares, da Gráfica Ypiranga. Cf. MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de S.Paulo. São Paulo, Impress, 1981, p.183.

² Quando me refiro ao conceito de bonapartismo, entendo-o como “um tipo de dominação burguesa em que o poder político não é exercido diretamente pela burguesia, mas é delegado a uma força militar que o absolutiza” (ASSUNÇÃO: 1999, p.24). A incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação e hegemonia no terreno democrático faz ela se aliar as Forças Armadas e a colocar, em prática, formas de violência que se traduzem, principalmente, no terrorismo de Estado aberto.

³ Dreifuss (1981, p.233) cita o relacionamento privilegiado do IPES com os mais importantes meios de comunicação na campanha ideológica a favor do golpe. Lembra também que Octávio Frias era associado do instituto.

⁴ “Militares ameaçam suspender circulação”. Folha de S. Paulo. Caderno Folha 80 anos. 21/02/2001.p.5

E é justamente sobre este período de “redemocratização” do Brasil que continuo a desenvolver estudos, agora no doutorado, sobre as relações entre a *Folha de São Paulo* e a ditadura. A pesquisa tem o propósito de identificar convergências e distanciamentos entre o projeto de distensão da qual o General Golbery de Couto e Silva é seu mentor e ideólogo, colocado em prática enquanto Chefe da Casa Civil (1974-1981) e o “projeto de redemocratização” impresso nos editoriais da Folha. Porém, sem perder de vista a atuação política tanto do general quanto da direção do jornal.

OS PERIGOS DA DISTENSÃO

A posse de Ernesto Geisel, em março de 1974, como o quarto general-presidente, é reconhecida pela literatura histórica e pela Ciência Política como marco do “começo do fim da ditadura”. Seu governo deu início ao projeto de transição que restituiu o poder político aos civis, após 21 anos de ditadura, consolidando a Nova República. Transição que, nos pronunciamentos do próprio governo Geisel, não passava de uma tentativa de institucionalização dos ideais da “revolução de 1964” (CHIRIO, 2012, p.172). O que já demonstrava os limites do projeto distensionista. Maciel (2004) explica que a transição ao acabar com o cesarismo militar, manteve intocado o caráter autocrático do Estado. Produto do controle e do ritmo que os militares impuseram a transição “lenta, gradual e segura” através da institucionalidade autoritária e do cesarismo militar que garantiram ao governo ser o principal condutor e propositor na arena política.

No interior das Forças Armadas não havia consenso a respeito do restabelecimento de um governo civil. Este desejo rondava os “governos revolucionários” desde o golpe civil-militar de 1964 e a posse de Castelo Branco. A promessa⁵ do regime era realizar uma “intervenção pontual”

⁵ Em duas passagens do livro de Élio Gaspari “*A Ditadura Derrotada*” fica claro a posição tanto Geisel como de Golbery a respeito da continuidade dos militares no poder com a extensão do mandato de Castelo Branco e a suspensão das eleições de 1965 (GASPARI: ano, p.85 e 163). O que deixa entrever que desde 1964, havia entre parte da alta oficialidade, o desejo de realizar uma “intervenção” mais duradoura, refutando a tese de que a continuidade dos militares, não passa de um desvio, devido pressões dos duros. Vale lembrar que Golbery e Geisel são considerados pela historiografia como moderados. A este dado podemos acrescentar as ponderações de Maciel

saneando o ambiente político e restaurando o poder aos civis já a partir de 1965. A ditadura se prolongou no tempo, mas em 1974 o cenário político, econômico e social era outro. Se apresentavam contradições que ameaçavam uma ruptura do sistema.

No plano econômico, a partir de 1973, Chasin (2000) destaca que já havia sinais de esgotamento do chamado milagre econômico. A superexploração do trabalho, mecanismo que permitiu a economia crescer anualmente dois dígitos entre 1968-1973, apresentava seus limites. A crise econômica começou a provocar fissuras no edifício do bloco no poder “aguçando a disputa pelo excedente econômico entre as diversas frações do capital e estabelecendo sérios limites à intervenção do Estado na economia e na política econômica do governo (MACIEL, 2004, p.85). O apoio burguês, se converteu em oposição dentro da ordem, pressionando o governo a operar uma transição.

Politicamente, o partido do governo, a Arena fora derrotado no pleito eleitoral de 1974. O MDB, partido da oposição conquistou 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado e na Câmara dos Deputados aumentou sua participação de 87 para 161 cadeiras, enquanto que a Arena viu sua participação cair de 223 para 203 cadeiras. Cresceu também sua participação em diversas assembleias estaduais, constituindo em 6 estados o campo político majoritário. O MDB por ser o único partido de oposição legal agrupou em seu interior diversas tendências ideológicas, reunia desde membros descontentes do bloco no poder até comunistas do PCB. Por isso, lhe faltava uma identidade política, possuía mais um caráter de frente oposicionista do que de partido. Durante as eleições de 1974 angariou uma parcela significativa do eleitorado da classe subalterna, mas não havia uma relação orgânica entre o partido e os movimentos sociais (MACIEL, 2004).

No plano militar, o nível de contestação no seio da oficialidade cresceu - principalmente, entre os que se auto-intitulavam “autênticos revolucionários” e controlavam os órgãos de repressão e informação - na medida que governo Geisel passou a se manifestar a favor da descompressão do sistema. Chirio (2014) que desenvolveu uma pesquisa a respeito do protesto

(2004, p.43.) aponta que “a própria orientação que unificou os militares que promoveram ou que apoiaram o golpe era, em si mesma, potencialmente desestabilizadora da perspectiva moderadora”. O anticomunismo, o combate a corrupção e a defesa da coesão do exército eram motivações tão abrangentes que a intervenção militar era inviável num curto período de tempo, e perspectiva moderadora foi progressivamente abandonada. Ademais a repressão e os expurgos que ocorreram dentro do exército atacaram as alas mais progressistas que haviam apoiado Goulart e com esta ação fortaleceu os setores linha dura.

militar nos quartéis entre 1961-1978, afirma que os setores descontentes com a distensão se manifestavam através de panfletos, do recrudescimento da repressão e dos atentados terroristas. Bem ilustrativo de cada uma destas formas de manifestação nos quartéis é: 1) a série de doze panfletos, que circulou no meio da corporação entre fevereiro a julho de 1975, intitulado *Novela da traição* que atacava a política do governo, “muito particularmente a influência e a personalidade do general Golbery de Couto e Silva (CHIRIO, 2012, p.184); 2) as prisões e os assassinatos como o do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do sindicalista Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, nas dependências do DOI-CODI em São Paulo e; 3) os atentados praticados pelo grupo Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), que plantou bombas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1976, no Rio de Janeiro (CHIRIO, 2012).

É sobre este terreno bastante instável que se move os governos Geisel e Figueiredo para levar a cabo o processo de distensão, juntamente com outros atores. O objetivo era controlar a transição livrando-se dos excessos de autoritarismo e retornar à normalidade democrática, ao mesmo tempo, em que buscava assegurar a legitimidade do governo. Para isso, procurou isolar as instâncias políticas das pressões sociais e evitar a radicalização (à direita e à esquerda) do processo político garantindo estabilidade a transição.

OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

A decisão de se engajar no processo de democratização se deu, em 1974, em uma reunião⁶, que foi batizada de “Encontro de Nova York”, Cláudio Abramo expôs a Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho a necessidade de mudanças na linha editorial, considerando as promessas de abertura do sistema e o esgotamento do regime. Frias de Oliveira concordou com Abramo, mas por razões mercadológicas.

⁶ O jornalista Carlos Castelo Branco intitulou esta reunião de Encontro de Nova York (ABRAMO apud PIRES p.40).

O Estado podia ficar na oposição sem perder o prestígio, pois era sempre foi do establishment; sobre o Estado nunca pesou uma ameaça real. A Folha podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Ao contrário de hoje, não fazia parte do poder. Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa (ABRAMO, 1988, p.88).

Desta forma, a *Folha de S. Paulo* pode atuar como linha de apoio do governo e aproveitar-se das oportunidades do momento para seu crescimento comercial (PIRES, 2008, p.40). Contudo o engajamento só ganha força em 1978 com a reformulação de sua linha editorial através da criação do *Conselho Editorial*⁷ e do lançamento do *Projeto Folha*.

Por isso vou acompanhar a reformulação da linha editorial do jornal e identificar sua posição política a respeito dos temas candentes sobre redemocratização, considerando o recorte cronológico 1974-1984, com vistas a esmiuçar as concepções nela presentes. Esta tarefa é fundamental para compreender a posição do jornal no processo da chamada abertura política, especialmente para identificar, neste percurso, as rupturas e continuidades entre essas concepções e aquela do início dos anos 60. Afinal, nos anos que antecederam ao golpe, a *Folha de S. Paulo* condenava veementemente as manifestações sociais em torno das Reformas de Base, pois, considerava-as expressões da infiltração do comunismo no país (SOUSA JR, 2007). Reconhecia que as únicas formas de participação política das camadas populares eram por meio das vias institucionais, pois:

à pressão da opinião pública sobre os que a representam, no Congresso Nacional, é legítima quando exercida em termos. Através de abaixo-assinados e moções enviadas aos congressistas; por meio de reuniões e praças públicas ou em recintos fechados; por manifestos distribuídos a todos os órgãos de divulgação; pelo envio de comissões às casas de leis, para entender-se diretamente com os membros do Poder Legislativo – pode e deve influir decisivamente, o povo em geral, para que se transforme em realidade aquilo a que se aspira. (...) O remédio é insistir, pelos mesmos processos democráticos e a cada eleição, melhorar o Congresso (FSP. Pressões descabidas, 16/04/63)

⁷Este conselho reuniu jornalistas consagrados como Samuel Wainer, Boris Casoy, Cláudio Abramo, Odon Pereira, Luís Alberto Bahia e secretariado por Otávio Frias Filho.

Esta visão é produto de um olhar maniqueísta e reducionista da realidade social dos anos 60 – marcada por disputas políticas e tensões sociais no plano interno e pela Guerra Fria no plano internacional – que expressa, de certo modo, a ideologia subjacente à Doutrina de Segurança Nacional. Concepção que estava presente nos editoriais publicados no pré-1964 (SOUSA JR, 2007).

Meu intuito é identificar como o jornal passou a se comportar, uma década mais tarde, quando novas tensões sociais e disputas políticas emergiram nos anos 70, no contexto de crise do regime e com o processo de transição em disputa. Portanto, compete a esta pesquisa elucidar, entre outros pontos que conceito de democracia está subjacente às suas formulações editoriais e a sua prática social. Em outras palavras, o jornal que se engaja no processo de redemocratização define quais contornos e características à democracia?

Com a finalidade de desvendar o conceito de democracia nos editoriais do jornal cabe investigar como os seguintes temas aparecem: Que Estado deve tomar o lugar do Estado autoritário? Que formas de participação política cabe às camadas populares? Em que medida as demandas da classe trabalhadora devem ser atendidas? Qual é o papel dos partidos políticos, das entidades de classe, dos movimentos sociais e dos meios de comunicação na transição e consolidação da democracia?

Não obstante, o objetivo deste trabalho não se esgota nestas formulações. Isto porque, busco encontrar convergências nos temas acima entre o jornal – que se apresenta como liberal democrático⁸ – e o artífice do modelo de distensão política, Golbery de Couto e Silva, expressão do pensamento autoritário. Pois, defendo a hipótese de que existem pontos de contato entre os editoriais e o pensamento do general. E, por conseguinte, encontrarei correspondências entre ambos, no que diz respeito ao processo de “redemocratização” do país. Vale lembrar que Golbery exerceu forte influência dentro da ESG e do IPES, órgãos responsáveis pela elaboração e difusão da ideologia bonapartista. Desta forma, imagino que, assim como houve certa aproximação ideológica entre militares e a *Folha* - que participou do IPES, na figura de Octávio Frias de

⁸ “O jornal livre só tem duas fontes de renda: a venda e os anúncios (...) A resposta está na filosofia do jornal, que se mantém desde o seu início alheio a grupos e partidos, sem radicalização de espécie alguma. Procurou situar-se dentro de uma carta de princípios liberal e democrática, porém sem faccionismo de qualquer espécie”. Missão da imprensa é informar e formar a opinião, *Folha* de S. Paulo, 31/03/64.

Oliveira - na tomada do poder em 1964, ela pode existir também nos anos 70. Só que agora, estas aproximações serão, de fato, centro de minhas preocupações.

Golbery pertenceu a uma geração de intelectuais que “desempenhou um papel extremamente importante no desenvolvimento das instituições brasileiras” (OLIVEIRA, 1987, p.240). Como intelectual orgânico da burguesia brasileira atuou intensamente nos bastidores da história do Brasil: ajudou na formulação da DSN (1952); assumiu a direção do IPES (1962), foi importante teórico do movimento cívico-militar (1964), braço direito do presidente Castelo Branco e no governo Geisel e Figueiredo foi chefe da Casa Civil (1974-1981). Minhas fontes, além dos editoriais de 1974 a 1984 e do Projeto Folha, são constituídas pelas obras escritas por Golbery Couto e Silva a saber: 1) Planejamento Estratégico (1955); 2) Geopolítica do Brasil (1966) e; 3) Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo - elaborado a partir de conferências na ESG em 1980.

As convergências que imagino encontrar entre ambos não existem apenas por conta das atividades do IPES, mas porque a *Folha* possui um certo traço de autoritarismo⁹. Traço que é

⁹Ricardo Silva (2004) estudou a estrutura argumentativa da ideologia autoritária presentes na sociologia (Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral) e na economia (Eugenio Gudín e Roberto Campos) e identificou os seus elementos. Entre os elementos identificados por Silva estão o *elitismo e o apoliticismo da plebe*. Por essa interpretação, as classes populares, consideradas incultas, estão despreparadas para a ação política, devendo os assuntos políticos pertencer ao universo das elites. Para Silva, com esse pensamento, nega-se um papel histórico relevante às classes populares, consideradas também uma ameaça à ordem. Esta característica Losurdo (2004) encontra no liberalismo de Benjamin Constant, Tocqueville e Stuart Mill. Estes liberais defendiam o voto censitário e outras formas de filtros para evitar ou diminuir a influência política das massas nos órgãos representativos. A política por excelência é assunto para as elites as massas são despreparadas para a política (LOSURDO:2004, p.23). Em Schumpeter (1984), também liberal, a mesma preocupação está presente: a intervenção do homem do povo na política. Na obra “Capitalismo, socialismo e democracia, o economista austríaco desenvolve um debate acerca do método democrático. Nesta obra, Schumpeter defende que o cidadão comum é incapaz de decidir e apreender de forma independente (sem pressões ou condicionamentos externos) e racional suas próprias demandas e necessidades. Este é incapaz de se envolver com os grandes temas da política, porque é fisgado facilmente pela mesquinhez da vida cotidiana. Segundo, Souza (2008, p.25), é com esta argumentação que o austríaco defende os procedimentos democráticos como o sistema de escolha das lideranças políticas, únicas preparadas para a atividade política. O procedimento democrático, ou a própria democracia (simbiose que Schumpeter propositalmente vai produzindo, até se transformarem em sinônimos) não é a legitimação do povo na política. Mas é a legitimação dos indivíduos que estão no interior das instituições. Serviria para proteger os homens vocacionados a tomarem as decisões necessárias na vida pública, principalmente quando as decisões se voltassem contra a maioria. Diz Souza, as decisões dos homens públicos não se orientam e nem se curvam ao desejo da maioria, são decisões técnicas, as melhores dentro de um rol de possibilidades (SOUZA, 2008, 25-28). Então o método funciona como uma forma de diminuir a participação perniciosa dos homens comuns na vida política. Finalmente este traço autoritário estaria tanto nos editoriais da Folha quanto na obra de Golbery.

marca de nascimento da burguesia nacional. Autoritarismo que brota de uma posição conservadora e contrarrevolucionária da burguesia nacional. Que é revelado pela produção de autores de orientação marxista: Florestan Fernandes (2006), Octávio Ianni (2004), Caio Prado Junior (2004), José Chasin (2000), João Quartim de Moraes (2014), Décio Saes (2001), David Maciel (2004) Anderson Deo (2014),

Guardadas as devidas diferenças entre os autores e suas análises há em comum a compreensão que a burguesia brasileira, em momentos de crise e diante da ameaça de destruição das velhas estruturas sociais, busca conciliações pelo alto, excluindo a participação popular, característica que marcou nosso processo de modernização, uma modernização conservadora (IANNI, 2004; CHASIN, 2000; FERNANDES, 2006). Em outras palavras, este processo de modernização conservadora aparece como uma síntese onde o velho não cede espaço ao novo, mas, ambos se combinam. Configuração na qual o segundo paga alto tributo ao primeiro.

Assim, temos uma sociedade que promove o desenvolvimento do capitalismo, mas este não é acompanhado pela promoção das liberdades democráticas e pela ampliação da cidadania com garantias sociais a todos os indivíduos. Pelo contrário, temos uma burguesia, que não tem nenhum compromisso com as franquias democráticas¹⁰. Por que a noção de democracia é restrita a participação para o exercício da dominação burguesa (FLORESTAN, 2006).

ESTÁGIO DA PESQUISA

Passado um ano e meio, a pesquisa se concentrou fundamentalmente na leitura da obra de Golbery do Couto e Silva e no levantamento bibliográfico dos temas correlacionados a ela, a saber: a história da *Folha de São Paulo*, sua participação no processo de “redemocratização” e a literatura a respeito da ditadura e da transição. E agora parte para o levantamento das fontes (editoriais) no arquivo do *Estado de São Paulo*, como no arquivo *Folha*.

¹⁰ Indo mais longe Quartim de Moraes afirma que a ruptura com o regime democrático sempre foi uma iniciativa da burguesia para deter os avanços das classes trabalhadoras, na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler e nas ditaduras por toda a América são alguns exemplos. Moraes, João Quartim. A natureza de classe do Estado brasileiro. Pinheiro, Milton (Org.) In. O que resta da ditadura. São Paulo, Boitempo, 2010, p.61-104.

O que se segue é um esforço de pontuar avanços e andamentos deste trabalho, indicando, principalmente, que as aproximações entre Golbery e a *Folha*, está fortemente consolidado no campo da ação política, com o jornal cumprindo no processo de abertura o importante papel de porta-voz do governo. No sentido de condenar os “excessos”, a direita e a esquerda, que procuravam dar um novo ritmo ao processo lento e gradual de transição, impresso pelo Estado. Isto é, o jornal se apresenta com a disposição de estimular a constituição “de uma verdadeira mobilização da consciência nacional em torno da preservação dos caminhos apontados pela abertura política¹¹. Vamos a alguns pontos.

Em primeiro lugar, em maio de 1978, foi criado o Conselho Editorial com a tarefa de realizar a reformulação do jornal. Dele participavam Alberto Dines, Samuel Wainer, Boris Casoy, Luis Alberto Bahia, Odon Pereira, Cláudio Abramo e Otávio Frias Filho, que ficou no secretariado. O Conselho se encarregou de produzir uma série de documentos de circulação interna, que posteriormente foram reunidos, dando origem ao Projeto Folha. “A primeira tarefa realizada foi um “Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político” (PIRES, 2007, p.52).

Quando finalizado, diz Pires (2007), o Projeto Folha de 1978 reconhecia a modernização econômica promovida pelo militares, mas criticava o desenvolvimento concentracionista. A abertura e a crise econômica eram compreendidas como sinais do esgotamento do modelo. Para a sociedade civil, através da ação do Estado, abria-se espaços em prol da reivindicação democrática, estimulada pela ação da imprensa que passava a opinar com mais liberdade. Por isso, entendia, segundo Pires (2007), que era necessário elevar a consciência do leitor para necessária implantação da democracia, bem como defender a liberdade de opinião e informação. Arrogava que sua tarefa era contribuir para o alargamento dos espaços de discussão, patrocinando a abertura.

Mas o que chama a atenção, é que nestas discussões, a *Folha* atesta que o Estado brasileiro tem a tendência de antecipar-se às reivindicações sociais. E que, as transformações eram mais questão de abertura de espaços políticos, do que de tempo. O discurso do jornal deixa claro, que o Estado deve encabeçar o processo de “redemocratização” e a sociedade civil deve ir

¹¹ Folha de S. Paulo. “Contra a abertura”, 28/08/1980.

a reboque, visto que o “próprio Estado se encarregaria de possibilitar uma participação mais democrática” (PIRES, 2008, p.53). A autora indica estes aspectos do projeto da *Folha*, mas não se dá conta que o jornal está definindo os papéis, que cabe ao Estado, a imprensa e a sociedade. Ao último cabia apenas entender que o Estado estava abrindo novos canais de participação através do fortalecimento das instâncias de representação. E que sua participação deveria ser canalizadas para dentro destas instituições. O protagonismo político cabia então ao Executivo e Legislativo devendo as classes populares ficar distantes dos centros de decisão. O papel da imprensa era ser interlocutora entre estes órgãos do Estado e a sociedade, para que a transição ocorresse sem sobressaltos. Transmitindo ao povo o querer do Estado. Isto coaduna com a desafio do regime de promover a “transformação” sem o bloco no poder perder a hegemonia. Traço do pensamento autoritário que não reconhece o homem comum como ator político, cabendo papel apenas ao Estado e as elites.

Corroborar com esta análise o trabalho de Kucinski (1998) no livro “Síndrome da Antena Parabólica”. O autor se dedica, entre outras tarefas, em demonstrar o alinhamento entre os meios de comunicação e o Estado. No capítulo sobre esta aliança durante a ditadura, ele pontua que em diversos momentos Golbery, como chefe da Casa Civil, se reuniu com jornalistas, editores e donos de jornal, a partir de 1975, para tratar do fim da censura prévia, substituindo-a pela autocensura. Com isso pretendia derrotar a “linha dura” dentro dos quartéis e com a liberalização da imprensa poder utilizá-la como mecanismo de articulação política, para realizar a abertura controlada sem ameaçar o controle militar. Portanto, daí se deduz que o projeto de distensão do governo Geisel carecia da adesão de diversos setores para alcançar hegemonia e legitimidade. O objetivo de Golbery ao se aproximar dos meios de comunicação era assegurar este elementos que lhe faltava. Este é o papel que os meios de comunicação desempenharam no golpe de 1964: conferir unidade e coesão entre os setores golpistas, elementos que faltaram nas tentativas fracassadas de 1954, 1955 e 1961 (SILVA, 2016).

Vale lembrar, que com a derrota nas eleições em 1974, aumentou a resistência de setores no interior do exército, bem como alguns “estratos dominantes que viam com desconfiança a proposta de descompressão, uma vez que acreditavam que apenas as medidas de exceção garantiam a segurança e a estabilidade para a retomada do crescimento econômico” (REZENDE,

1996, p.45). Kucinski, dá como exemplo, a sucessão de Geisel, onde a imprensa sabotou a anticandidatura de Euler Bentes Monteiro, pelo MDB, com argumento de que sua candidatura representava um risco de retrocesso na abertura (KUCINSKI, 1998, p.65). Diz ele:

Podemos localizar nesse episódio o início de todo este comportamento da grande imprensa, pelo qual uma modalidade de abertura e democratização é a correta e todas as demais, em especial as que vem do movimento popular, são aventuras radicais que podem “colocar tudo a perder” (KUCINSKI, 1998, p.65)

Assim, o discurso do jornal, não é expressão da sociedade civil, como a Folha anuncia, mas do governo militar. Dado que, o papel da imprensa foi apoiar o governo e ajudar a rechaçar aqueles que se manifestavam fora dos limites do Estado. O objetivo foi mitigar com toda a oposição de direita ou de esquerda. No pensamento de Golbery segurança é sinônimo de ausência de tensões políticas e por extensão, segurança é sinônimo de estabilidade política (BIRKNER, 2002, p.69). Portanto, a transição deveria acontecer sem risco ou sem ameaça ao plano de distensão e liberalização do sistema. De outro modo, sem disputas políticas que pudessem colocar o projeto militar a perder e, para isso, era preciso pacificar a oposição seja pela violência ou pelo convencimento¹².

Como parte deste processo de apaziguamento as linhas de oposição, às redações promoveram diversos expurgos, para ajustá-las às necessidades da auto-censura e as diretrizes da abertura promovida pelo governo. Para isso o jornal transformou o Projeto Folha de 1978, de caráter liberal, no projeto autoritário implantado pela dupla Olavinho-Lins da Silva (KUCINSKI: 1988, p.77). Este acontecimento foi fundamental para adequar a redação ao novo modo de produção da notícia, com uso de técnicas para homogeneizar a escrita, reduzindo ao mínimo a opinião pessoal, que marcava o jornalismo nos anos anteriores. O nova orientação editorial da *Folha* se adequou aos objetivos da distensão política.

¹² Para levar a cabo seu projeto, Geisel recorre ao “lema” de permanência com mudança, para de um lado apontar aos “revolucionários autênticos” de que a transição retomava os ideais da revolução, como forma de aplacar os ânimos. Bem como que seu aprofundamento significa sua institucionalização. Suzeley Mathias analisa o discurso de Geisel e percebe que a afirmação permanência com mudança, remete ao lema segurança e desenvolvimento, porque a segurança foi alcançada pela repressão a resistência armada, bastava agora promover o desenvolvimento com o mínimo de segurança.

Em segundo lugar, em um conjunto de conferência que Golbery ministrou na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1980, ele expõe em linha gerais as razões do governo Geisel iniciar a distensão. Ele compara o excesso de centralização com a força centrípeta da atração gravitacional de um buraco negro, a qual nem a luz é capaz de escapar (GOLBERY, 1981). Entre os efeitos da centralização o general lista: a anemia do federalismo e do municipalismo; a expansão contínua da burocracia estatal atuando em nome de seus próprios interesses; a proliferação de fundações, autarquias e empresas estatais ou de capital misto, com estatutos privilegiados e larga dose de autonomia, criando nova necessidade de centralização; o hipertrofiamento do executivo em detrimento dos outros poderes; o enfraquecimento das iniciativas individuais ou comunitárias, “já raras, vegetando todas à míngua de recursos próprios e a mendigar sempre, às portas do Tesouro Nacional e de seus prepostos, escassas verbas de socorro, insuficientes de todo, além de aleatórias e liberadas com intermináveis exigências e retardos” (GOLBERY, 1981, p.23). Daí pode se deduzir que a continuidade do processo centralizador poderia levar todo o sistema ao colapso, assim estaria justificada as iniciativas do governo para realizar a distensão. A centralização também comprometia a eficiência do Estado, porque “marchava-se inconscientemente para o máximo de centralização a par de um máximo de inoperância” (GOLBERY, 1981, p.24).

Na mesma conferência o militar desenha o cenário político, econômico e social que tensionava a favor da descentralização. Porque, dizia ele, a excessiva centralização gera, pela própria dinâmica dialética, manifestações psicossociais em todos os recantos da sociedade nacional, que cada vez mais intensas e envolvendo uma camada maior da população que protesta e reage em favor da descentralização (GOLBERY, 1981, p.24). O esforço descentralizador do governo, segundo Golbery, é para conter os excessos, definir os limites, controlar a iniciativa e definir prazos e ritmos das reformas. As medidas em favor da descentralização se tornaram cada vez mais imperiosas, porque as pressões advindas do campo econômico e do campo psicossocial ameaçavam uma crise mais séria (GOLBERY, 1981, p.25).

Golbery tem consciência que controlar o processo de distensão exige enfrentar a oposição. Esteja ela a esquerda (subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas) esteja ela a direita (os eternos puros, falcões ou jacobinos, a linha dura) (GOLBERY, 1981, p.27). A tática é sempre

fragmentar e impedir a unidade e a aliança entre os dois setores, evitar a constituição de uma frente única de oposição, que agregue as mais variadas correntes ideológicas. Na sua visão, apesar das dissensões estratégicas e ideológicas entre direita e esquerda, elas “estão bem mais próximas uma da outra do que as forças do centro, nesse espectro de tendências políticas que não é, de forma alguma, retilíneo, antes obedece aos moldes de uma circunferência quase fechada” (GOLBERY, 1981, p.27).

Os planos do governo, expressos por Golbery, é acabar com o bipartidarismo que transformou as eleições em plebiscito e constituiu uma ampla frente de oposição heterogênea, mas coesa. Em seu lugar adotar um sistema pluripartidarista, fragmentando a oposição. Esta manobra garantiria ao governo maior margem de manobra, possibilitando a cooptação dos setores menos radicais, isolando os subversivos. No mesmo ato, seria possível afastar os partidos dos movimentos sociais.

Golbery vai encontrar em Huntington (1968) respaldo para defender uma transição a longo termo, lenta e paulatina. Com Huntington descobre que é necessário constituir primeiro as instituições e então liberalizar o sistema fazendo confluir para dentro das instituições políticas as forças sociais em jogo. Tudo para evitar instabilidade política. “Sua tarefa seria a da articulação do processo de abertura que garantisse a consecução dos ‘objetivos nacionais’, anulando, de um lado, as resistências no interior do regime e, de outro, contendo as ‘precipitações’ das ruas (BIRKNER, 2002, p.117). Ao se apoiar nos meios de comunicação seu objetivo era alcançar a estabilidade necessária para realizar a passagem de um regime a outro. Golbery, conseqüentemente, representa um entrave aos grupos que desejavam uma abertura mais rápida e ampla. Ele concebe que o projeto de distensão e liberalização do regime e a redução do viés repressivo com a conquista de direitos individuais e coletivos¹³, deveria ser conduzido pelas elites civis e militares, levando a institucionalização da regime autoritário (MATHIAS, 1995, p.39). Tudo para permitir que um grau de militarização fosse absorvido pelo novo sistema. A transição poderia, assim, se realizar com possibilidades dos militares não serem julgados por seus crimes, com o fim do regime. Este era um ponto que colocava a linha dura contra qualquer projeto de

¹³ Mathias, Suzeley Kalil. Distensão no Brasil p.18.

transição. O projeto militar se caracterizava por uma ação saneadora no ambiente político para restabelecer um governo civil, mantendo a capacidade de intervenção militar na política (MATHIAS, 1995, p.88).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. “Estado autoritário brasileiro pós-1964: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades”. **Revista de Pesquisa Comunicare** (Vol. 4 n° 2) Faculdade Cásper Libero, São Paulo, 2004.

ASSUNÇÃO, Vania Noeli Ferreira. **O satânico Doutor Go: A ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. Dissertação de Mestrado em História PUC-SP/1999.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2004.

BIRKNER, Walter Marcos. **O realismo de Golbery: segurança nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva**. Canoinhas- SC: Univali, 2002.

CHASIN, José. **A miséria brasileira -1964-1994: Do golpe militar à crise social**. Santo André, Edições AD Hominem, 2000.

CHAUI, Marilena. “A questão democrática”. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006, p.144-340.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. São Paulo: Zahar, 2012.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o golpe de 1964 e a ditadura.** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis, Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução brasileira: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano 3.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. (Orgs.) **O Brasil Republicano 4.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada..** São Paulo, Intrínseca, 2010.

_____. **A Ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

HUNTINGTON. Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança.** São Paulo: EDUSP, 1968.

IANNI, Octávio. **O Pensamento Social no Brasil.** Bauru, Edusc, 2004.

_____. **A ditadura do Grande Capital.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia.** Petrópolis: Paz e Terra, 1999.

LOSURDO, Domenico. **Democracia e bonapartismo.** São Paulo: Unesp, 2004.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova ordem (1974-1985)** São Paulo: Xamã, 2004.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa.** Rio de Janeiro, Editora Revan/Editora Unicamp, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Petrópolis - RJ, Buenos Aires. Vozes/ CLACSO. 2000

MARX, KARL. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: o projeto militar**. Campinas: Papyrus, 1995.

MORAES, João Quartim. “Contra a canonização da democracia”. In: **Crítica Marxista** 12. São Paulo: Boitempo, 2001, p.9-40.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha**. São Paulo, Imprensa, 1981.

NERY, Vanderlei Elias. **A campanha Diretas já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa**. Tese de doutorado Ciências Sociais. PUC/2012.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: 1987.

PINHEIRO, Milton (Org). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo, Boitempo, 2014.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, ditadura e democracia: a construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978-2004)**. Dissertação de Mestrado História Social PUC-SP/2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

RAGO FILHO. **A ideologia 1964: os gestores do capital atrofado**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação de História da PUC-SP. São Paulo, 1998.

REZENDE, Maria José. **A transição como forma de dominação política**. Londrina: UEL, 1996.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart**. Dissertação de Mestrado História Social - USP 2013.

SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SCHUMPETER, Joseph.: **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: o poder executivo**. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Juremir Machado. **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SOUSA JR, Valdemar Gomes de Sousa Junior. **Os editoriais da Folha de S.Paulo (1963-1964): evidências de uma solução bonapartista para a crise política**. Dissertação de Mestrado em História da PUC-SP, 2007.

SOUZA, Ronaldo Tadeu. **Análise da teoria democrática contemporânea: um estudo crítico sobre Joseph Schumpeter**. Dissertação e Mestrado em Ciências Sociais PUC-SP/2008.

TASCHER, Gisela. **Folhas ao Vento**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.